

Plano e Orçamento para 2012

Sector das Pescas

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Senhor Presidente e senhoras e senhores membros do Governo,

A Pesca apresenta uma importância significativa para a Região Autónoma dos Açores, tanto ao nível da actividade económica e social, enquanto contribuinte real para a criação de riqueza, como pela mão-de-obra que absorve em toda a sua fileira.

Nos últimos anos, este sector recebeu investimentos públicos de cerca de 250 milhões de euros em infra-estruturas essenciais para a actividade e na renovação da frota, além do apoio a determinados sectores, caso da indústria conserveira, que se assume como grande empregador em algumas ilhas dos Açores, especialmente de mulheres.

Depois de criadas as condições infra-estruturais em toda a Região Autónoma dos Açores, importa criar novos contextos para uma maior evolução do rendimento dos pescadores, classe

profissional que tem sido o elo mais fraco de toda a cadeia de valor ligada às pescas na Região Autónoma dos Açores.

Em 2010, o volume de pesca ascendeu a cerca de 40 milhões de euros, enquanto, em 2009, rendeu 30,8 milhões de euros, um aumento de cerca de 30 por cento, fruto de um bom ano de capturas, especialmente na safra de tunídeos.

Em 2011, os dados mais recentes indicam um rendimento do pescado de 37 milhões de euros, o que permite perspectivar um ano em linha com 2010 ou mesmo com montantes de capturas superiores.

Apesar do volume de pesca, em média, ter aumentado de 24 para 40 milhões de euros, entre 1998 e 2011, o prolongamento dos efeitos nos Açores da crise financeira, assim como a imprevisibilidade desta actividade, obrigam as entidades públicas à definição de novas soluções que permitam aumentar o rendimento dos profissionais deste sector e, paralelamente, prestar o apoio social necessário.

Enquadra-se neste contexto o FundoPesca, instrumento essencial de apoio social aos profissionais da pesca, e que tem sido sempre accionado quando é necessário, devido à

impossibilidade de saída para o mar devido às más condições climatéricas.

Este não é, porém, um salário que se dá aos pescadores. Se assim fosse, estaríamos a gerar injustiças na classe, já que este mecanismo não é generalizado a todos os pescadores. A opção de descontar para este fundo é dos pescadores. Muitos acham por bem não o fazer.

Deixamos aqui a garantia que, neste Inverno, se continuarem as condições adversas para o exercício da actividade, este fundo será accionado e feito o pagamento devido a quem para ele descontou. Aliás, nem poderia ser de outra forma.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Senhor Presidente e senhoras e senhores membros do Governo,

Não podemos esquecer que, nos últimos anos, temos assistido a uma valorização do pescado, embora exista a necessidade de se investir em mais alguns equipamentos. A verdade é que, na área das pescas, os Açores deram um salto significativo.

O Plano Regional Anual para 2012 tem como base o reforço no crescimento da fileira das pescas, bem como o seu desenvolvimento, de modo a dar e aumentar o nível de rendimentos a todos os intervenientes deste sector.

São seis os projectos que estruturam este Programa 9 – Modernização das Infra-estruturas e da Actividade da Pesca, num valor total de 30,2 milhões de euros, sendo 22,4 milhões do Plano e 7,8 milhões euros de outros fundos.

Estes valores dão, assim, expressão prática à aposta que os governos regionais do PS fizeram neste sector de actividade, que se materializou também num conjunto importante de legislação, quer no âmbito das pescas, quer no âmbito da gestão das zonas costeiras, que vieram trazer impactos importantes para o desenvolvimento das políticas relacionadas com os assuntos do Mar.

Os novos portos de pesca dos Açores têm, actualmente, uma frota pesqueira moderna, equipada, com outra capacidade de pesca e com outras condições de trabalho e de conservação de pescado.

É, nitidamente, um caso em que se reestruturou um sector desde a raiz, com benefícios directos para os profissionais e para a

economia regional, que não pode dispensar o contributo da pesca, mesmo como instrumento essencial para o incremento das exportações.

No passado, os portos das ilhas acolhiam cerca de 1.500 embarcações com poucas ou nenhuma condições. Hoje, com o trabalho efetuado pelos Governos Regionais do Partido Socialista, mas sobretudo pela iniciativa dos nossos pescadores e armadores, os Açores dispõem de 654 embarcações, substancialmente renovadas, muito mais modernas, com maior polivalência, o que permite uma maior diversificação das capturas e muito maior segurança a bordo.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Senhor Presidente e senhoras e senhores membros do Governo,

Na análise objectiva a este sector, é necessário ter em conta que existem duas situações completamente diversas; a primeira, relativa às espécies sobre as quais temos gestão directa, porque são nos nossos mares que tem o seu habitat, e, a segunda, as espécies migratórias, como o atum e o espadarte.

A actual situação que se vive na pesca demersal depende, em grande parte, de nós, na perspectiva que está definida por legislação própria.

A criação da Lei das três milhas veio trazer alguma melhoria das condições de pescas junto à orla costeira das nossas ilhas, mas, no entanto, precisa de ser mais fiscalizada.

Por outro lado, a legislação actual beneficia o infractor, porque como algumas coimas são relativamente insignificantes e a fiscalização é accidental.

É, por isso, importante e urgente o reforço das medidas de protecção à pequena pesca artesanal de cada ilha, de forma a melhorar a sustentabilidade dos recursos marinhos na zona entre a costa e as 3 milhas e entre as três e as seis milhas, com base ao recurso de mecanismos de apoio à decisão.

A implementação do sistema de monitorização da actividade da pesca em embarcações inferiores a 15 metros cabinadas e semi-cabinadas e o desenvolvimento de equipamentos para embarcações não cabinadas, e infra-estrutura para recolha automática de dados nos principais portos de pesca, vem trazer mais e melhores garantias para uma pesca sustentável e até uma melhor defesa, relativamente à pesca do palangre numa garantia

da preservação das espécies na defesa da zona delimitada entre as 3 e as 6 milhas da costa das nossas ilhas, e ao mesmo tempo garantir uma melhor fiscalização por parte das entidades fiscalizadoras.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Senhor Presidente e senhoras e senhores membros do Governo,

Nos Açores, a estratégia a adoptar passa pela qualidade do pescado e não pela quantidade. Não é fundamental o número incalculável de peixes e de outras criaturas marinhas capturadas em redes, deixados a sufocar e rejeitados borda fora, como acontece com a pesca do palangre, cujos quilómetros de linha com anzol atraem espécies marinhas juvenis, que ainda não possuem tamanho de captura.

No âmbito da Política Comum das Pescas, a União Europeia proibiu a utilização das redes de emalhar, enredar e tresmalhos a profundidades superiores a 200 metros, assim como redes rebocadas similares que operem em contacto pelo fundo em vastas áreas das Zonas Económicas Exclusivas dos Açores, da Madeira e das Canárias.

Esta proibição resultou das pressões exercidas em particular pelo Governo Regional, uma vez que já tínhamos regulamentações que proibiam a utilização destas artes destrutivas.

Contudo, é de salientar que, com a abertura da nossa Zona Económica Exclusiva às frotas de palangre de superfície, aumentou muito o número de embarcações de pesca de espadarte, que pescam entre a zona das 100 e das 200 milhas, pelo que se prevê consequências desastrosas, tanto para o espadarte como em espécies acessórias como o tubarão-azul e as tartarugas marinhas.

Por essa razão temos que continuar a defender e a intervir junto das instituições europeias a restauração do limite das 200 milhas para reserva da nossa frota regional.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Senhor Presidente e senhoras e senhores membros do Governo,

O Partido Socialista vê o sector das pescas em várias vertentes: como um sector económico de grande importância para a economia regional, como uma área social essencial pelo

emprego que promove e pela importância que tem em algumas comunidades, e como um pilar ambiental fundamental, ligado à protecção dos recursos e à sustentabilidade dos mares.

Mas, acima de tudo, vê as pescas como o sustento diário de pessoas, com histórias de vida sem paralelo, que arriscam a vida, todos os dias, ao saírem para o mar para sustentarem as suas famílias.

O PS/Açores vê as pescas como a tradução prática de muitos açorianos das nossas freguesias e vilas que sabem que o mar não perdoa o erro, nem a displicência.

O PS/Açores vê o pescador açoriano como alguém honrado e que tem orgulho na sua actividade, que mantém as tradições seculares ligadas à actividade e que exerce uma actividade de risco altamente especializada.

O PS/Açores olha para as pescas como histórias de vida de gente de Rabo de Peixe, de Vila Franca do Campo, de São Mateus, da Ribeira Quente e de muitas outras localidades das nove ilhas.

Histórias de gente sofrida, mas orgulhosa daquilo que faz. Gente corajosa, que sai para o mar quando o conforto recomenda

que fique em terra. Gente que respeita o mar, mesmo quando este mar lhes tira a vida de filhos, pais e maridos.

Gente que merece o respeito de todos e de cada um dos açorianos. Gente que vai continuar, certamente, a merecer o respeito do PS/Açores e do Governo Regional.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 2011/11/